



Em noite histórica, Congresso anula sessão que depôs Jango

Vai à promulgação o Projeto de Resolução 4/2013, que torna sem efeito a decisão tomada pelo Parlamento na madrugada de 2 de abril de 1964

O Congresso anulou na noite de ontem a sessão em que o Poder Legislativo declarou vaga a Presidência da República, apesar de o presidente João Goulart estar no Rio Grande do Sul. A medida legitimou o golpe militar que deu início

a 21 anos de ditadura. Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a anulação repara um erro histórico. Os apoiadores da iniciativa, encabeçada por Pedro Simon e Randolfe Rodrigues, afirmam que a decisão retira qualquer ar de legalidade do golpe. **12**



Pedro Simon (E) fez discurso emocionado durante a sessão de ontem do Congresso, presidida por Renan Calheiros (D)

Paulo Cinquenti/Agência Senado

Genildo Menezes/Agência Senado



Pela proposta, cada seção eleitoral poderá ter até dois fiscais de cada partido

Minirreforma eleitoral vai à sanção e deve valer em 2014

Mudanças apenas nas regras administrativas dispensam prazo de um ano para entrada em vigor, segundo Romero Jucá, autor

do projeto aprovado ontem pelo Plenário. Entre as principais alterações, está o limite para contratação de cabos eleitorais. **3**

Jovens senadores votam projeto contra violência nas escolas **2**

Congresso mantém todos os vetos presidenciais **4**

Plenário avalia direito de transexual mudar de nome **8**

Diretrizes para o Orçamento de 2014 são aprovadas **12**

Acatada redução da meta de superávit primário **12**

Erradicação da pobreza deverá ter objetivos definidos **6**



O jornalista e ex-senador Abdias Nascimento morreu em 2011, aos 97 anos

Senado homenageará promotores da cultura negra

O Senado aprovou ontem a criação da Comenda Senador Abdias Nascimento para homenagear os que contribuem para a proteção

e promoção da cultura afro-brasileira. O ex-senador Abdias Nascimento é uma referência no tema da igualdade racial. **10**

Arquivo Senado



Cyro Miranda (C) preside audiência sobre a formação adequada de profissionais que atendem a primeira infância

Infância sem afeto leva à violência

Em debate realizado ontem na Comissão de Educação, especialistas apontaram a necessidade de garantir atenção, carinho e cuidado ao bebê, desde a gestação até pelo menos o quinto ano de vida, para formar adultos

equilibrados, que não terão tendência a comportamentos violentos no futuro.

A audiência pública fez parte da programação da 6ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz do Senado, que se encerra hoje. **7**

Transposição do Rio São Francisco: ministro anuncia eixos para 2015 **5**

Policiais querem mais autonomia para investigação **9**

Projeto prevê que multas de trânsito devem beneficiar setor **9**

José Cruz/Agência Senado

Jovens Senadores propõem prevenir violência na escola

Estudantes que vivenciam processo parlamentar aprovam também proposta que trata de construção sustentável. Amanhã serão votados mais quatro projetos, incluindo um sobre internet no ensino médio

ESTUDANTES QUE PARTICIPAM do Projeto Jovem Senador votaram ontem duas propostas da Comissão Jovem de Direitos Humanos e Meio Ambiente. As votações foram nominais, para que os estudantes pudessem vivenciar o processo com clareza.

O primeiro projeto cria um programa de prevenção da violência na rede de ensino. Relatado pela jovem senadora Andrisley Kelly Pereira (PB), foi aprovado por unanimidade. O segundo, relatado pela jovem senadora Danielle Almeida (RN), determina a adoção de práticas de construção sustentável. Mais à vontade com a prática da votação, o trabalho fluíu mais rápido.

Hoje serão votados outros quatro projetos. Originados nas Comissões Jovens de Assuntos Educacionais e de Gestão e Financiamento da Educação, tratam da grade curricular e da obrigatoriedade de acesso à internet



Estudantes fazem votações nominais na Comissão Jovem de Direitos Humanos

nas escolas do ensino médio; da instituição do sistema de avaliação de mérito do ensino médio, destinado ao ingresso nas universidades federais; da ampliação da participação da União no financiamento da educação, destino dos recursos e fiscalização; e de novas regras sobre o fundo de financiamento ao estudante do ensino médio.

A Mesa foi presidida pelo jovem senador Ivanlis Costa (BA), com Rayesley Ricarte (AM) como vice-presidente

e Maria Eduarda Nunes (TO) como primeira-secretária. Antes da votação, os estudantes discutiram com os consultores de educação e direitos humanos Edmar Queiroz e Carmen Scavazzini os projetos que estão em tramitação no Senado.

Após as votações, os alunos foram ao Supremo, onde acompanharam uma sessão plenária, viram a exposição sobre os 25 anos da Constituição e tiraram uma foto com o presidente da Corte, ministro Joaquim Barbosa.

Comissão transforma em projetos duas sugestões dos estudantes

Serão transformadas em projetos de lei duas sugestões dos participantes da edição de 2011 do Projeto Jovem Senador. Uma delas criminaliza o acesso, sem autorização, à rede de computadores ou a sistema informatizado protegido por expressa restrição de acesso, com punição de um a três anos de prisão e multa.

Para o autor, o jovem senador Carlos Araújo, "é imprescindível a elaboração de lei específica que combata os crimes virtuais e dê plena segurança aos internautas brasileiros na utilização de redes". O relator da sugestão na CDH, Magno Malta (PR-ES), lembrou a necessidade de coibir os chamados cibercrimes.

A outra sugestão acolhida propõe incluir a disciplina

Cidadania no currículo do ensino básico, a partir da quinta série, tendo como conteúdo as leis brasileiras.

De acordo com a autora, a jovem senadora Silvia Adriany Barreto, o conhecimento das leis do país é essencial para a prática da cidadania.

O Jovem Senador reúne anualmente 27 estudantes de nível médio de escolas públicas, um de cada estado e do Distrito Federal, que participam de uma simulação da atividade parlamentar durante três dias.

Nesse período, discutem assuntos que consideram relevantes para o país e apresentam sugestões que, se acolhidas na Comissão de Direitos Humanos, passam a tramitar como projetos de lei.

Paulo Davim elogia contribuições dos participantes



Lio de Paula/Agência Senado

Paulo Davim (PV-RN) registrou ontem em Plenário o acatamento pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) de duas sugestões apresentadas por participantes das edições 2011 e 2012 do Projeto Jovem Senador e elogiou a contribuição dos jovens.

— Eu fico extremamente feliz quando vejo a desenvoltura, quando eu vejo o talento, quando eu vejo a capacidade de articulação, quando eu vejo a capacidade e a qualidade de formulação dos argumentos desses jovens senadores. O Brasil tem que apostar mais na sua juventude — afirmou.

Renan recebe parlamentares da República Tcheca

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem, em visita de cortesia, o presidente do Senado da República Tcheca, Milan Stech, que estava acompanhado de senadores e empresários daquele país. Renan ressaltou a intensa relação entre o Brasil e a República Tcheca, lembrando que já visitou a nação europeia. Ele salientou que as relações entre os dois países

vão além das comerciais e políticas, uma vez que o avô do ex-presidente Juscelino Kubitschek era tcheco.

Acompanharam a audiência José Sarney (PMDB-AP), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), José Agripino (DEM-RN), Lídice da Mata (PSB-BA), Jorge Viana (PT-AC), Ana Amélia (PP-RS) e Ivo Cassol (PP-RO).

Milan Stech destacou a força e a importância do Brasil, tanto

na política quanto na economia mundial, e se mostrou favorável à entrada do Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Stech ainda defendeu o estreitamento das relações entre a União Europeia e o Mercosul. O senador tcheco elogiou a luta do Brasil contra o terrorismo e a participação do país em missões humanitárias internacionais.

Rádio Senado trata dos direitos das pessoas com câncer

O programa *O Senado é Mais Brasil*, da Rádio Senado, apresenta hoje o quadro especial "Fique por dentro da lei", sobre os direitos da pessoa com câncer. No programa, o ouvinte vai saber detalhes sobre a Lei 12.880/2013, que inclui a quimioterapia oral domiciliar na cobertura obrigatória dos planos de saúde, sobre a Lei 12.732/2012, que estipula prazo de até 60 dias para o início do tratamento contra o câncer no Sistema Único de Saúde, e sobre a Lei de 12.802/2013, que obriga o SUS a realizar a reconstrução da mama imediatamente após a retirada de tumor na região.

Participam do programa a senadora Ana Amélia

(PP-RS); a presidente do Instituto Oncoguia, a psicóloga-oncologista Luciana Holtz; a médica oncologista e presidente da Associação Brasileira de Apoio ao Paciente com Câncer, Luci Ishii; a advogada Antonieta Barbosa, autora do livro *Câncer: direito e cidadania*; e o coordenador do Núcleo da Saúde da Defensoria Pública do Distrito Federal, Ramiro Sant'Ana.

SERVIÇO

■ Nesta **quinta-feira** (21), a partir das **8h30**, horário de Brasília, dentro do programa **O Senado é Mais Brasil**.

Sintonia em FM: Natal (106,9), Cuiabá (102,5), Fortaleza (103,3), Rio Branco (100,9), Teresina (104,5), João Pessoa (106,5) e Macapá (93,9)

Pela internet: ao vivo em www.senado.leg.br/radio (canal 2)

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Exame e votação de PECs

14h Na pauta, votação e exame de várias propostas de emenda à Constituição e de outras proposições legislativas.

PRESIDÊNCIA Ford e Westinghouse

11h30 Renan Calheiros recebe Rogelio Goffarb, vice-presidente da Ford Brasil; às 12h, Jeffrey Benjamin, vice-presidente da Westinghouse Company; às 16h, ordem do dia.

CRA Reservas indígenas

7h45 Projeto que desobriga de registro e licenciamento anual as máquinas agrícolas. Em seguida, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, participam de audiência sobre reservas indígenas.

CDH Mineração

8h Audiência sobre violações de direitos decorrentes da exploração de minério de ferro no Pará e no Maranhão. Entre os convidados, o coordenador-geral de Transporte do Ibama, Eugênio Pio Costa.

PROJETO JOVEM SENADOR Sessão

8h30 Sessão deliberativa e encerramento dos trabalhos legislativos dos jovens senadores no Plenário do Senado.

CRE Integração elétrica

9h Audiência pública do ciclo de debates Perspectivas da Integração Elétrica na América Latina, com o apoio do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre os convidados, Ricardo Raineri, diretor do Banco Mundial, e Altino Ventura Filho, secretário do Ministério de Minas e Energia.

PALESTRA Mulher negra

10h Palestra sobre a violência contra a mulher negra, promovida pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado e pela Secretaria da Mulher da Câmara, como parte do Projeto Quintas Femininas.

CMO Créditos

10h Reunião para votação de projetos que autorizam créditos para órgãos públicos e ministérios. Entre eles, está proposta que autoriza crédito especial, no montante de R\$ 986 milhões, para estatais.

CAS Fundos de pensão

10h30 A situação dos fundos de pensão será debatida com a presidente da Associação Nacional dos Participantes de Fundo de Pensão, Cláudia Ricaldoni.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **7h45**, reunião da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; e, às **10h30**, audiência pública **Comissão de Assuntos Sociais**. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Autor do projeto aprovado ontem, que segue para sanção, Jucá argumenta que foram alteradas apenas regras administrativas, o que dispensa prazo de um ano para entrar em vigor

Minirreforma eleitoral deve valer em 2014

O PLENÁRIO APROVOU ontem a minirreforma eleitoral, que, de acordo com o autor, Romero Jucá (PMDB-RR), visa diminuir custos das campanhas e garantir mais condições de igualdade na disputa eleitoral. O texto segue para sanção e, segundo Jucá, valerá já nas eleições de 2014.

— Mudamos apenas regras administrativas e procedimentos de fiscalização, de transparência, de gasto — afirmou.

O PLS 441/2012 foi aprovado no Senado em setembro, mas voltou à análise da Casa porque a Câmara fez alterações ao texto do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Uma das mudanças foi a proibição de bonecos gigantes. Os deputados mantiveram a proibição de cartazes, placas e muros pintados em bens particulares. Mas ficam permitidos adesivos com tamanho máximo de 40 por 50 centímetros. Nas vias públicas, será permitido o uso de bandeiras e de mesas para distribuição de material, contanto que não dificultem o trânsito de pessoas e veículos.

A proposta também proíbe a substituição de candidatos a menos de 20 dias das eleições e obriga a publicação de atas de convenções partidárias na internet em até 24 horas.

Para o presidente do Senado,

Renan Calheiros, a minirreforma vai reduzir de maneira significativa os gastos nas campanhas eleitorais.

— Como todos sabem, a eleição no Brasil é das mais caras do mundo — disse Renan.

Os senadores decidiram recolocar no texto o limite de contratação de cabos eleitorais. Agora, a contratação de cabos eleitorais fica limitada a 1% do eleitorado em municípios com até 30 mil eleitores. Acima disso, será possível contratar uma pessoa a cada mil eleitores a mais. Não se altera a proibição de doações a candidatos por parte de concessionárias e permissionárias de serviços públicos.

Críticas

Vários senadores criticaram o texto, afirmando que a minirreforma deixou de fora pontos importantes como o financiamento público exclusivo de campanha. O maior crítico foi Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Para ele, o texto não contribui para a democratização do debate eleitoral.

— Nós somos um minicongresso, por acaso, para estar aprovando minirreformas?

Wellington Dias (PT-PI) concordou, mas Mário Couto (PSDB-PA) afirmou que a minirreforma é um avanço substancial na democracia e

na liberdade das eleições.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) reclamou da falta de consenso para aprovação do financiamento público exclusivo das campanhas, assim como Randalfe Rodrigues (PSOL-AP).

— Não é uma reforma que muda as estruturas do sistema eleitoral. Isso só vai acontecer com o financiamento público. Hoje, grandes conglomerados financeiros desequilibram o processo — disse Randalfe.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) também criticou o alcance limitado das alterações.

— Vai criar mais confusão que esclarecimento. Vai acabar ficando pro TSE decidir.

Benedito de Lira (PP-AL) afirmou que o Senado aprovou “arremedo de última hora”.

— Lamento profundamente que nós hoje estejamos reunidos para tratar dessa proposta, que não traz eficácia nenhuma para as eleições de 2014.

Para José Agripino (DEM-RN), o limite à contratação de cabos eleitorais é moralizador.

— Há candidatos que contratam 40 mil bocas de urna no dia da votação; na verdade, são votos comprados — disse.

Jucá prevê mais transparência nas campanhas.

— Estamos criando padrões de gastos para que os tribunais eleitorais e o Ministério Público possam fiscalizar a eleição.

Principais mudanças

▶ CABOS ELEITORAIS

Para cada candidato, o número de cabos eleitorais pagos não poderá passar de 1% do eleitorado nos municípios com até 30 mil eleitores. Nos demais, contratação de mais uma pessoa para cada mil eleitores que excederem os 30 mil.

▶ JUSTIÇA ELEITORAL

Poder de auditoria da Justiça Eleitoral se limitará a contabilidade, prestação de contas e despesas de campanha eleitoral dos partidos.

▶ PROPAGANDA EM BENS PARTICULARES

Proíbe-se propaganda eleitoral em bens particulares com placas, faixas, cartazes, bandeiras, pinturas, cavaletes e bonecos. Será permitido o uso de adesivos, limitados a 50cmx40cm. Em carros, só adesivos microperfurados nos para-brisas traseiros.

▶ PROPAGANDA EM VIAS PÚBLICAS

Nas vias públicas, será permitido o uso de bandeiras e de mesas para distribuição de material, contanto que não dificultem o trânsito de pessoas e veículos.

▶ COMÍCIOS

Comícios de encerramento da campanha poderão durar até as 2h da manhã, mas os demais devem ser realizados entre 8h e 24h. O texto libera os carros de som e minitrios elétricos, com limite de 80 decibéis medido a 7 metros de distância.

▶ FISCAIS DE ELEIÇÃO

Limita a dois o número de fiscais de cada partido ou coligação por seção eleitoral.

▶ MULTAS

Limita parcelamento de multas eleitorais a 10% da renda do candidato, em até 60 meses.

▶ ENTREVISTAS

Pré-candidatos poderão pedir voto em entrevistas, programas, encontros ou debates. Os eventos poderão ter cobertura da mídia e pela internet.

▶ REDES SOCIAIS

Libera a campanha nas redes sociais e considera crime eleitoral a contratação de pessoas para publicar mensagens com ofensas a candidato, partido ou coligação.

▶ COLIGAÇÕES

Isenta os partidos que participem de coligações da responsabilidade sobre excessos cometidos por candidatos de outros partidos nas propagandas partidárias.

▶ CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS

Deverão ser feitas entre 12 e 30 de junho do ano em que se realizarem as eleições.

▶ SUBSTITUIÇÃO DE CANDIDATO

Pode ser feita caso o pedido seja apresentado até 20 dias antes do pleito. Em caso de morte de candidato, não haverá esse limite.

▶ TEMPO DE CAMPANHA

Começarão no dia 7 de julho, em vez de no dia 5, como é hoje.

▶ CONTAS DE CAMPANHA

Dispensa de comprovação doações de bens móveis de até R\$ 4 mil e doações decorrentes do uso comum de sede e material. Passagens aéreas com recursos do Fundo Partidário serão comprovadas com fatura ou duplicata de agência de viagem.

▶ VALOR DE ANÚNCIO

Propaganda eleitoral na imprensa escrita deve vir acompanhada do valor pago.

▶ GASTOS COM ALIMENTAÇÃO E PASSAGENS

Limita a 10% da receita obtida, e gastos com aluguel de carros, a 20% dessa receita.

▶ FUNDO PARTIDÁRIO

Quanto às penalidades pelo uso incorreto, proíbe-se suspensão dos repasses aos partidos durante o segundo semestre do ano em que se realizarem eleições.

▶ DUPLA FILIAÇÃO

Prevalecerá a filiação mais recente.

▶ ENTREGA DE MATERIAL ÀS EMISSORAS

Gravações da propaganda eleitoral têm de ser entregues com antecedência de seis horas do horário previsto para o início do programa.

▶ GRAVAÇÕES EXTERNAS

Retira da lei a proibição de uso de gravações externas, montagens, computação gráfica, desenhos animados e efeitos especiais nas propagandas eleitorais.

▶ IGUALDADE DE GÊNERO

Nos anos eleitorais, a Justiça Eleitoral poderá fazer propaganda para incentivar a participação feminina na política, entre 1º de março e 30 de junho.



Wellington (C), que critica a pequena abrangência das mudanças, conversa com Raupp, relator, e Jucá, autor do projeto

Segunda votação da PEC do Voto Aberto foi adiada para terça-feira

A PEC do Voto Aberto será votada em segundo turno na próxima terça-feira, quando deverá ser o primeiro item da pauta do Plenário. O adiamento foi proposto pelos líderes partidários, em função da falta de quórum identificada ontem e da sessão do Congresso para exame da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A Proposta de Emenda Constitucional 43/2013 determina o voto aberto em todos os tipos de votação das Casas legislativas do país. A mudança acaba com o voto secreto tanto nas votações que a Constituição define como secretas — como a análise de vetos e indicações presidenciais e a cassação de mandatos parlamentares — quanto para as votações reservadas estabelecidas pelos regimentos internos, como as realizadas para a escolha dos membros das mesas diretoras das Casas legislativas.

Eduardo Suplicy relata visita a condenados do mensalão

Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou, em pronunciamento ontem, a visita de solidariedade promovida por ele e outros membros de seu partido, no domingo, aos condenados do mensalão que se encontram presos em Brasília.

Suplicy expressou preocupação especial com a saúde do deputado licenciado José Genoino, que passou recentemente por cirurgia do coração. O senador do PT também leu mensagem do filho de José Dirceu, deputado federal Zeca Dirceu, e manifestou esperança de que as penas do mensalão possam ser convertidas em prestação de serviços.

— Eu, tendo uma relação de mais de 33 anos com essas pessoas, no momento de dificuldades em que estão detidos, é mais do que natural que possa ter ido visitá-los — declarou Suplicy.

Mozarildo faz apelo para que todos combatam a corrupção

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez um apelo ontem para que todos participem do combate à corrupção. O senador, que é médico, comentou reportagem da revista do Conselho Federal de Medicina mostrando a corrupção como doença, atacando estruturas saudáveis e levando a uma degradação que afeta todas as esferas do país, como econômica, política e social.

— Temos que fazer uma vigilância permanente e não tolerar corrupção nenhuma. Peço aos eleitores que, tomando conhecimento de corrupção, denunciem, mesmo que por vias anônimas, para o Ministério Público, para o TCU, CGU e Congresso Nacional.



Congresso mantém vetos analisados na terça-feira

Desde a adoção de mecanismo que prevê análise de vetos mensalmente, nenhuma decisão do Executivo foi modificada pelo Congresso. Proibição de porte de arma para guardas prisionais foi mantida

O CONGRESSO NACIONAL manteve todos os vetos presidenciais analisados na noite de terça-feira. Foram examinados vetos relativos a quatro projetos de lei e duas medidas provisórias.

O porte de armas para guardas prisionais foi um dos dispositivos vetados pela presidente da República no texto da Medida Provisória 615/2013 (Lei 12.865/2013). Na mensagem de veto, o governo argumentou que a legislação já assegura a possibilidade de porte para defesa pessoal, conforme a necessidade individual de cada agente.

Na MP 615, outro dispositivo vetado foi o que permitia às redes de farmácias de

manipulação centralizar, em um único laboratório, a manipulação de todas as suas receitas. Também foi vetada a exigência de presença de um farmacêutico técnico responsável.

Para o Executivo, a manipulação centralizada de fórmulas não permitiria o adequado controle do processo de produção desse tipo de medicamentos, cuja característica sanitária básica é a individualização do preparo. Quanto à presença de farmacêutico, o governo argumentou que traria mais despesas para as micros e pequenas farmácias e drogarias.

Outro veto a dispositivo da MP 615 se refere a regras de relacionamento entre os

fornecedores de cana-de-açúcar e suas associações. O Executivo argumentou que essas regras violariam a liberdade de associação e criariam intervenção desnecessária no setor, ao fixar em lei termos de relações privadas que deveriam ocorrer por meio de deliberação no âmbito privado.

Foi vetado ainda um artigo do projeto que deu origem à regulamentação da profissão de vaqueiro, que previa a contratação de seguro de vida e de acidentes de trabalho em favor da classe. No veto, a presidente da República alegou que a obrigatoriedade do seguro não leva em conta a realidade econômica do setor.

(Com Agência Câmara)

Instalada comissão mista para analisar novas regras tributárias

Uma medida provisória que alterou diversas regras tributárias, consideradas “extremamente complexas”, começará a ser analisada pelo Congresso por uma comissão mista instalada ontem e presidida por Walter Pinheiro (PT-BA). O vice-presidente é o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), enquanto a relatoria coube ao deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Já o relator-revisor será definido posteriormente.

Francisco Dornelles (PP-RJ) elogiou as escolhas e salientou a complexidade do assunto, opinião compartilhada por Eduardo Cunha. O deputado informou que a votação da MP só deve ser concluída no

próximo ano e prometeu entregar o roteiro de trabalho em breve. Ele adiantou que serão realizadas muitas audiências públicas a respeito da matéria.

Legislação

A MP 627/2013 promove diversas e profundas alterações na legislação tributária federal, como a extinção do chamado Regime Tributário de Transição (RTT) e mudanças no Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), na Contribuição Social sobre

o Lucro Líquido (CSLL), na Contribuição para o PIS-Pasep e na Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), entre outros.

A medida altera a tributação do aumento de patrimônio decorrente da participação em lucros ganhos no exterior por empresas controladas e coligadas de pessoa jurídica domiciliada no Brasil e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

De acordo com a Receita Federal, o objetivo da MP é adequar a legislação tributária à legislação societária para que se possa extinguir o RTT. A medida afeta pessoas físicas brasileiras que investem nos

chamados “paraísos fiscais”, já que, na maioria dos casos, a pessoa física investe por meio de empresa estrangeira.

Também integram a comissão Eunício Oliveira (PMDB-CE), Francisco Dornelles (PP-RJ), Sérgio Petecão (PSD-AC), Paulo Davim (PV-RN), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), José Pimentel (PT-CE), Acir Gurgacz (PDT-RO), Lídice da Mata (PSB-BA), Cyro Miranda (PSDB-GO), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Eduardo Amorim (PSC-SE), Gim (PTB-DF) e Vicentinho Alves (SDD-TO).

A Medida Provisória 627/2013 muda profundamente a tributação federal sobre as empresas



Sessão do Congresso Nacional apreciou seis vetos presidenciais, entre eles o porte de arma para guarda prisional

Casildo Maldaner aponta causas do déficit comercial

Casildo Maldaner (PMDB-SC) alertou ontem que a burocracia, a excessiva carga tributária e a deficiência da infraestrutura são a causa para o crescente déficit da balança comercial do Brasil.

O aumento das importações e a redução das exportações produziram déficit na balança comercial de 105 milhões de dólares neste ano, segundo Casildo.

O senador acredita que esse cenário seria diferente se o país contasse com estradas, portos, ferrovias e aeroportos interligados e preparados para escoar a produção.

Casildo Maldaner afirmou que uma empresa de médio porte gasta, em média, 2.600 horas ao ano para resolver as obrigações tributárias, enquanto no Uruguai o tempo gasto nessa tarefa é de apenas 310 horas.



Lin de Paulo/Agência Senado

Cyro Miranda diz que política econômica ameaça estabilidade

Cyro Miranda (PSDB-GO), em discurso ontem, criticou a política econômica do governo, afirmando que o modelo baseado em déficits fiscais elevados e no endividamento crescente do setor público pode comprometer a estabilidade econômica.

Para o parlamentar, o governo brasileiro precisa entender que o tripé da estabilidade econômica, representado pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pelas metas de inflação e pelo câmbio flutuante, não pode ser desconsiderado se o objetivo for garantir bases sustentáveis para o crescimento.

— Nesta cega e obstinada corrida pela reeleição da presidente, o que se tem visto é um jogo de vale-tudo, marcado por medidas que beiram a falta de responsabilidade com o futuro do Brasil — alertou o senador.



Lin de Paulo/Agência Senado

Paulo Bauer pede atualização do teto do Supersimples

Paulo Bauer (PSDB-SC) voltou a defender ontem o reajuste do teto de enquadramento de micros e pequenas empresas no Simples Nacional, sistema integrado de arrecadação de tributos conhecido também como Supersimples.

Ele explicou, em pronunciamento no Plenário, que os limites para enquadramento da receita bruta anual de micros e pequenas empresas, de R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões, respectivamente, estão defasados desde 2011, em razão de não terem sido reajustados de acordo com a inflação do período.

Bauer disse também que muitas empresas estão correndo o risco de perder o benefício do Supersimples mesmo não tendo um crescimento real do faturamento. Ele informou que deverá apresentar projeto de lei propondo a atualização.



Paulo Cinquenti/Agência Senado

Paraenses aguardam obra no Pedral de Lourenço, diz Flexa

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse ontem que os paraenses aguardam o dia 20 de dezembro, data em que o governo federal promete publicar o edital para as obras de derrocamento — retirada de rochas do fundo de um rio para tornar a navegação possível — do Pedral de Lourenço, no Pará. A obra vai viabilizar a Hidrovia Araguaia-Tocantins.

Ele explicou que o derrocamento é esperado há 30 anos, quando foram iniciadas as obras da Hidrelétrica de Tucuruí, que interrompeu a navegabilidade na região.

O senador lamentou que o governo não invista em hidrovias e lembrou que o país economizaria R\$ 4 bilhões ao ano se usasse melhor os rios.

— Um modal mais eficiente, barato, menos poluente, que reduz o consumo de combustível e o tráfego em nossas estradas — afirmou.



Lin de Paulo/Agência Senado

Gurgacz registra aniversário de Ji-Paraná

Acir Gurgacz (PDT-RO) registrou em Plenário ontem a passagem do aniversário de Ji-Paraná (RO), comemorado amanhã.

Ao saudar os 36 anos de emancipação política de Ji-Paraná, o parlamentar informou que o município tem o segundo maior produto interno bruto de Rondônia e tem importância crescente como polo regional do agronegócio e da economia familiar.

Gurgacz manifestou a alegria de ver a cidade crescendo e se desenvolvendo, com melhoria na qualidade de vida e oportunidades para todos os ji-paranaenses.

O senador acrescentou que no próximo fim de semana também serão comemorados os 36 anos de emancipação dos municípios de Vilhena, Cacoal e Pimenta Bueno, que foram criados na mesma data quando Rondônia era território federal.



Lin de Paulo/Agência Senado

Diante de perspectivas de prolongamento da seca do Nordeste, José Coelho Teixeira explica Plano de Segurança Hídrica e anuncia prazos para obras de transposição



Ministro da Integração, Francisco Teixeira, ao lado de Fernando Collor e José Pimentel: obra está orçada em R\$ 5 bilhões

Ministro anuncia para 2015 eixos do Rio São Francisco

O MINISTRO DA Integração Nacional, Francisco Teixeira, afirmou ontem em audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) que os eixos norte e leste do projeto de transposição do Rio São Francisco devem ser concluídos no segundo semestre de 2015. Teixeira apresentou ontem o Plano Nacional de Segurança Hídrica.

O ministro explicou que a atual seca do Nordeste, uma das maiores da história, pode se prolongar para o próximo ano e que as previsões meteorológicas não são boas.

Segundo Teixeira, o ministério está elaborando um plano emergencial com a Agência Nacional de Águas (ANA), mas o Plano Nacional de Segurança Hídrica, também desenvolvido com a ANA, deve ser implantado em médio e longo prazos. A ideia é visitar as 27 unidades da Federação para identificar ações que os governos estaduais

precisam adotar para resolver problemas relacionados à água.

— Praticamente 85% da população brasileira é urbana. Quando o país se urbaniza, precisa de infraestrutura hídrica mais complexa — disse.

Entre as obras do plano, está a construção de barragens, sistemas adutores, canais, eixos de integração e sistemas de controle de cheias. O ministro citou obras em andamento como o Canal do Sertão Alagoano, em Alagoas, o Canal de Xingó, no Sergipe e na Bahia, e o Projeto de Integração do Rio São Francisco, que vai abastecer a região semiárida de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. A transposição pretende levar água a 390 municípios, com 12 milhões de habitantes. Respondendo a José Pimentel (PT-CE), Teixeira disse que o projeto foi replanejado em seis metas, permitindo que algumas cidades sejam abastecidas na conclusão das metas.

O presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), questionou sobre a conclusão do Canal do Sertão Alagoano. Segundo ele, a obra do canal ficou parada muito tempo e só não foi totalmente deteriorada devido a emendas de parlamentares alagoanos.

— Essa obra vai ser a redenção da região do alto sertão, passando pela Bacia Leiteira e chegando até a imediação do agreste — disse Collor.

O ministro respondeu que não tem como dar uma data de conclusão para a obra, orçada em R\$ 5 bilhões, porque depende dos recursos do governo federal, mas disse acreditar que se pode terminar a obra em cerca de dois anos.

— Estamos em negociação de agregar mais um trecho desse canal. Como é uma obra muito longa, cada passo que vai sendo executado, o governo federal vai agregando mais um trecho — disse Teixeira.

Dessalinização da água do mar é opção mais barata que o reúso

José Pimentel também questionou sobre o gerenciamento da água transferida de um estado a outro. Teixeira respondeu que, como o canal do Rio São Francisco é federal, deverá ser gerido por um órgão federal. No caso do Canal do Sertão Alagoano, poderá ser órgão estadual. Quanto ao custo, ele citou a tendência de procurar alternativas como a dessalinização de água do mar.

— A água dessalinizada já foi algo em torno de US\$ 2 e hoje é produzida a US\$ 1 o metro cúbico. Já a água de reúso custa o dobro da água dessalinizada, porque há a etapa do tratamento convencional de esgoto e mais a osmose reversa, que se faz na dessalinização — explicou.

Os senadores de Mato Grosso do Sul Ruben Figueiró (PSDB) e Delcídio do Amaral (PT) também questionaram o ministro sobre o assoreamento do Rio Taquari. Ele disse que fará uma visita ao estado para analisar soluções.

Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou se as críticas do bispo Luiz Flávio Cappio às obras de transposição do Rio São Francisco eram pertinentes. E indagou por que Aécio Neves (PSDB-MG) disse em propaganda partidária na TV que as obras estão paradas. O ministro disse respeitar a visão do bispo, mas afirmou que, se alguém tinha dúvida da necessidade do projeto de integração do São Francisco, depois da seca deste ano não pode ter mais.

— Se o projeto estivesse pronto na sua plenitude, estaríamos mitigando os efeitos da seca em mais de 300 municípios.

Com relação às obras, o ministro disse que Aécio visitou trechos que já estão prontos ou que ainda não tinham sido recontraçados.

— Agora, se ele for lá novamente, todos os trechos estão sendo trabalhados. Só não estão sendo trabalhados os eixos que não estão prontos — afirmou Teixeira.



Transposição do Rio São Francisco não está parada, segundo o ministro

Estado deve ter política para o combate à seca

O fenômeno climático da seca é antigo, cíclico e previsível. Existem soluções tecnológicas e alternativas adequadas para conviver com ele no semiárido, mas falta vontade política do governo federal e uma visão coordenada sobre o problema. Esse é um resumo das opiniões dos convidados para audiência realizada ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

Senadores, especialistas

e representantes de órgãos governamentais cobraram uma política de estado que privilegie medidas de natureza estruturante, não emergencial.

Lídice da Mata (PSB-BA), que pediu a reunião, afirmou que a garantia de uma convivência equilibrada e sustentável com a seca passa principalmente por políticas públicas mais consistentes para o Nordeste. Segundo ela, as ações e medidas que

vêm sendo debatidas e aplicadas na região têm caráter exclusivamente emergencial.

— Não há como entender isso tudo sem pensar que houve um desprezo profundo pela economia do Nordeste. Temos seca no país inteiro, mas nenhuma região é atingida de forma tão permanente — afirmou.

A região do semiárido nordestino tem uma área de quase 1 milhão de quilômetros quadrados — maior que

o estado de Mato Grosso —, onde vivem 22 milhões de brasileiros em 1.133 municípios atingidos pela seca, que é considerada a pior dos últimos 50 anos. Representantes da Embrapa Semiárido e do Instituto Nacional do Semiárido (Insa) apresentaram alguns projetos que vêm sendo desenvolvidos para garantir a produção agrícola sustentável no Nordeste, como o uso da água da chuva para irrigação e métodos de enxerto.

Na avaliação do presidente do colegiado, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a extinção da Sudene em 2001 foi um grande erro.

— A Sudene e os demais órgãos que compõem a estrutura de apoio ao desenvolvimento do Nordeste devem ser fortalecidos — afirmou.

Armando Monteiro (PTB-PE) assinalou que é necessário repensar uma política de desenvolvimento regional.



Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Antonio Carlos Valadares (C) conduz audiência pública

Humberto Costa apoia candidato a diretor da Aneel

Humberto Costa (PT-PE) apresentou ontem à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o relatório sobre a indicação de Reive Barros dos Santos, funcionário de carreira da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, para o cargo de diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, em que afirma que o candidato apresenta capacidade técnica e gerencial para o cargo. Após a leitura do relatório, o presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), concedeu vista da matéria aos demais senadores. A CI também aprovou pedido de Lúcia Vânia (PSDB-GO) para que seja convidado um representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para uma apresentação a respeito do Projeto Centro-Oeste Competitivo.

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça determina que governo federal estabeleça objetivos graduais nas políticas para diminuição das desigualdades socioeconômicas



Catadores de materiais recicláveis disputam espaço entre tratores e caminhões no lixão da Cidade Estrutural, em Brasília

Plenário avalia criação de metas contra a pobreza

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem substitutivo da Câmara a projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que institucionaliza o conceito de linha de pobreza (PLS 66/1999). O texto também obriga o governo federal a definir metas para a progressiva erradicação da pobreza e a diminuição das desigualdades socioeconômicas.

Segundo relatório de Roberto Requião (PMDB-PR) lido por Pedro Simon (PMDB-RS), a Câmara preservou o núcleo do projeto original de Suplicy, eliminando aspectos que

causavam inconstitucionalidade. Para Requião, a proposta original tinha fragilidades formais. Ele citou a determinação de 30 dias para que o presidente enviasse as metas ao Congresso e o prazo de 90 dias para regulamentação da lei.

O substitutivo mantém o conceito de que a linha de pobreza é o rendimento anual mínimo necessário para que um grupo familiar ou uma pessoa que viva sozinha possa adquirir bens e serviços necessários para uma vida digna.

Em complemento, determina que as políticas públicas

de erradicação da pobreza devem conter metas nacionais e regionais de redução do número de famílias e de pessoas que estejam vivendo abaixo da linha oficial de pobreza.

A proposta foi encaminhada à Câmara dos Deputados em março de 2000 e retornou ao Senado em novembro de 2011. O texto ainda deve ser examinado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH).

A CCJ também aprovou ontem requerimento, a ser submetido a Plenário, para que o projeto passe a tramitar com urgência.

Texto cria Conselho de Seguridade Social

A seguridade social poderá ser gerida por trabalhadores, empregadores, aposentados e governo. É o que prevê proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O projeto (PLS 178/2007), do senador Paulo Paim (PT-RS), institui o Conselho Nacional de Seguridade Social com perfil muito diferente do que o que foi extinto em 1992.

Na proposta original, o colegiado teria 73 integrantes, mas o relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), apresentou substitutivo reduzindo o

número de membros para 13. O relatório foi lido pelo senador Cyro Miranda (PSDB-GO).

De acordo com o substitutivo aprovado, serão três representantes do governo federal (áreas da saúde, previdência e assistência social);



Substitutivo de Cícero reduz para 13 número de integrantes do colegiado

um dos governos estaduais e do Distrito Federal; três das prefeituras, que, indicados pelas associações representativas dos municípios, atuarão em rodízio conforme o porte (são três faixas: município com até 50 mil habitantes; com população entre 50 mil e 200 mil habitantes; e com mais de 200 mil habitantes); e seis representantes da sociedade civil (dois trabalhadores, dois empregadores e dois aposentados).

A matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Bolsistas devem ajudar escolas públicas

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem projeto que obriga beneficiários de bolsas de estudos de programas da União a colaborarem com o sistema público de educação básica. A proposta (PLS 224/2012), do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), seguirá para exame na Comissão de Educação (CE).

Pelo texto, os bolsistas deverão prestar serviços de divulgação, formação e informação científicas e educacionais em estabelecimentos públicos de educação básica por, no mínimo, quatro horas semanais.

O objetivo é disseminar o interesse pelas ciências.

Cristovam Buarque argumenta que as crianças aprendem desde cedo sobre arte e esporte, mas poucas se interessam pelas matérias científicas. Hoje, ele adverte, há milhares de cientistas em formação financiados, com grande custo, por programas do governo, entre eles o Ciência sem Fronteiras.

De acordo com o projeto, a forma de participação dos bolsistas deve ser definida pelos órgãos federais competentes, em conjunto com

as secretarias estaduais e municipais de Educação. Já os bolsistas no exterior deverão cumprir o compromisso após o retorno ao Brasil, durante período igual ao de duração da bolsa.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), relator do projeto, elogiou a proposta, "não só por sua compatibilidade com todos os princípios norteadores da nossa ordem jurídica e política, como também pela grande contribuição que poderá trazer para o desenvolvimento da educação e da cultura de nosso país".

Comissão aprova regras para aplicação do teto constitucional

A Comissão de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais aprovou ontem relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) à proposta que define o que são parcelas indenizatórias, as quais não devem ser computadas no limite da remuneração de servidores e outros agentes públicos da Federação.

Jucá defende projeto de lei de autoria do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) pelo qual são consideradas indenizatórias e, portanto, fora do teto salarial, as parcelas que não se incorporam à remuneração nem geram acréscimo patrimonial para o servidor, assim como aquelas que objetivam reembolsar os agentes públicos por despesas efetuadas no exercício de suas atividades.

— São despesas sem caráter

permanente e que devem ser explicitadas dessa forma — traduziu Jucá.

Entre essas parcelas estão, por exemplo, as diárias para viagens, a ajuda de custo em razão de mudança de sede por interesse da administração, o auxílio-transporte, o auxílio-moradia e o auxílio-alimentação.

Conforme o projeto, a caracterização da vantagem percebida como indenizatória decorre de sua natureza jurídica, e não da denominação que lhe é dada. Isso deve evitar que verbas tipicamente salariais sejam disfarçadas de verbas indenizatórias a fim de evitar cortes do teto constitucional. A Constituição determina que nenhum agente público ganhe acima do valor pago aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) — atualmente R\$ 28.059,29.



Proposta de Aloysio (foto) sobre verba indenizatória teve parecer favorável de Jucá

Trabalhador na construção poderá ter aposentadoria especial

O trabalhador da construção civil poderá adquirir direito a aposentadoria especial após 25 anos de serviço, desde que tenha atuado em condições que prejudiquem sua saúde ou integridade física. A medida é prevista em projeto de lei do Senado (PLS 228/2011 — Complementar) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A proposta, que havia recebido parecer contrário da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), seguirá para deliberação do

Plenário do Senado.

A concessão do benefício, conforme o projeto, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), dependerá da comprovação do tempo em exposição permanente a condições insalubres de trabalho. Os critérios para essa comprovação serão estabelecidos pelo Ministério da Previdência Social. O benefício será custeado pelos recursos da contribuição adicional para atividades insalubres, estabelecida pela Lei 8.212/1991.

Aprovados mais cargos efetivos de TI para a Justiça do Trabalho

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem mais dois projetos de lei da Câmara (PLCs 86 e 87, de 2013) que criam cargos efetivos da área de tecnologia da informação (TI) na Justiça do Trabalho. Enquanto o primeiro abre 47 vagas no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 8ª Região, com sede em Belém, o segundo prevê 82 vagas de analista judiciário para a área no TRT da

1ª Região, sediado no Rio de Janeiro.

A comissão também aprovou o PLC 84/2013, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), para regularizar a criação de 255 funções comissionadas no TRT da 5ª Região, em Salvador. A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Walter Pinheiro (PT-BA).

Os três projetos serão votados agora pelo Plenário.

Em debate durante evento de valorização da infância, neurologista defendeu que a falta de afeto quando criança gera distúrbios que podem tornar o adulto violento

Violência está ligada a distúrbios na 1ª infância

A ATENÇÃO, O carinho e o cuidado com o bebê, desde a gestação até pelo menos o quinto ano de vida, são essenciais para a formação de adultos equilibrados e que, por consequência, não engrossarão as estatísticas da violência no futuro. Essa foi a tônica do debate realizado ontem dentro da 6ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, no Senado.

Os primeiros anos da infância são um período em que as conexões cerebrais estão em formação e o aconchego e a segurança transmitida por pais, cuidadores, educadores e profissionais que lidam com as crianças influenciam positivamente na formação dessas conexões, disseram os debatedores. Por outro lado, atos violentos e separação da mãe ou da família afetam o amadurecimento do cérebro.

Segundo o neurologista e psiquiatra francês Boris Cyrulnik, há estudos mostrando que adolescentes e adultos violentos, com tendências suicidas, têm atrofia no sistema límbico, responsável pela emoção. Conforme afirmou, nos primeiros anos de vida, qualquer informação cria uma tendência, e se nesse momento há uma estabilidade afetiva, as crianças vão aprender a se socializar perfeitamente.

Mas, se há uma carência, isso vai impregnar o cérebro e depois, durante uma dificuldade inevitável, elas não vão saber controlar as emoções, vão se submeter a comportamentos e



Cyro Miranda (C), presidente da Comissão de Educação, ouve tradução da explanação do psicanalista francês Boris Cyrulnik durante audiência no colegiado

atos violentos que a sociedade vai reprimir, quando poderia ter havido intervenção para dar segurança, por meio de modificações das condições educativas e afetivas. Suécia e Dinamarca, informou, tomaram decisões políticas nesse sentido construindo centros de resiliência, investindo na formação adequada dos profissionais que atuam com as crianças, e o sucesso é evidente.

— Sabemos como é possível prevenir uma infelicidade mais tarde — declarou Cyrulnik.

Os distúrbios são recuperáveis, lembrou o neurologista, a partir da atenção com o meio no qual a criança vive, com a inserção dela num ambiente de segurança, onde é possível tecer vínculos, e de cultura, com interação pela atividade cotidiana e criativa. Assim, a criança ganha autoconfiança e estabilidade afetiva, o que a mantém afastada do crime.

Especialista critica redução da maioria

Questionada por Cyro Miranda (PSDB-GO), presidente da Comissão de Educação (CE), Fabiana Gadelha, advogada da ONG Aconchego, posicionou-se contra a redução da maioria penal para 16 anos, conforme estabelecem propostas que tramitam no Congresso.

— Diminuir a maioria penal é um crime tão grande quanto a gente colocar a pena de morte no Brasil. O medo da cadeia pode reprimir alguns cidadãos de cometer um crime, mas se cadeia reprimisse crime, não tinha ninguém preso — afirmou.

Ela também cobrou atuação mais incisiva do Parlamento no investimento em educação, especialmente na primeira infância, e na formação

dos direitos humanos, e a fiscalização da aplicação dos recursos de emendas parlamentares. Defendeu modificações na legislação para punir de forma mais incisiva o adulto que usa o menor de idade para o crime, a família que se furta do dever protetor e o professor que não cumpre o dever de educador.

Conforme afirmou a presidente da organização Acolher, Sylvia Nabinger, apesar de o Brasil ter reduzido a pobreza, falta investimento no capital humano. Segundo ela, a criança que antes morria de diarreia e de broncopneumonia, hoje morre de tiro na adolescência.

Na opinião de Sylvia, a educação infantil no país precisa de professores competentes,

valorizados, com profissionais preparados para saber lidar com crianças de famílias vulneráveis.

Seminário

O debate, promovido pela pelas Comissões de Educação, de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais, discutiu o tema “A formação dos profissionais do cuidar e a construção da resiliência”, como parte da 6ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, realizada de 18 a 21 de novembro. O evento, em parceria com as embaixadas da França e da Espanha, reúne especialistas brasileiros e estrangeiros para discutir políticas públicas voltadas para crianças entre 0 e 6 anos de idade.

Menor pode ganhar incentivo à formação

Projeto que visa facilitar a formação profissional e o emprego de adolescentes carentes foi aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH), em turno suplementar, e segue para a Câmara. O PLS 352/2008 determina prioridade na concessão de vagas na aprendizagem aos adolescentes em situação de risco social e pessoal, em cumprimento de medidas socioeducativas, e àqueles cujas famílias sejam atendidas pela assistência social devido à condição econômica. O adolescente aprendiz em curso de formação teórica nos serviços nacionais de aprendizagem receberá bolsa do poder público ou da iniciativa privada.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) apresentou substitutivo com uma modificação no artigo 64 do Estatuto da Criança e do Adolescente para tornar mais clara a proibição



Relator, Petecão acatou substitutivo da Comissão de Assuntos Sociais

da aprendizagem para menores de 14 anos e para regulamentar o pagamento de bolsa-aprendizagem. O relator na CDH, Sérgio Petecão (PSD-AC), acatou o texto aprovado na CAS.

Também foi aprovado em turno suplementar substitutivo de Ângela Portela (PT-RR) ao PLS 305/2008, que obriga escolas da educação básica e superior a oferecer carteiras adequadas a canhotos e pessoas com deficiência.

A mudança deve ocorrer no início do segundo ano letivo após a publicação da lei.

Outra proposta aprovada foi o substitutivo de Paulo Davim (PV-RN) ao PLC 64/2011, que dispensa de catracas no transporte coletivo as pessoas que, em decorrência de cirurgia, precisam portar bolsa coletora de excrementos (fezes e urina), denominados pacientes ostomizados.

— Entre as circunstâncias que potencializam o risco de acidentes, a utilização de serviço de transporte coletivo é, sem dúvida, uma das mais críticas, especificamente o realizado por meio de ônibus urbanos — observa Davim.

O texto do senador estende o benefício a pessoas com restrições ou limitações físicas semelhantes aos pacientes ostomizados. Por ter sido modificado no Senado, o projeto retornará à Câmara dos Deputados.

Ângela Portela defende limite para peso de mochilas escolares

Relatora do projeto que limita a 15% do peso corporal o peso do material a ser transportado por estudantes em mochilas (PLC 66/2012) — aprovado ontem em segundo turno, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) —, Ângela Portela (PT-RR) ressaltou a importância do limite para a saúde dos alunos, no curto e no longo prazos. A senadora citou dados da Sociedade Brasileira de Ortopedia indicando que 60% a 70% dos problemas de coluna na fase

adulta são causados pelo carregamento de peso excessivo e por esforços repetitivos na adolescência e explicou que o projeto não prevê sanções, mas uma ampla campanha de esclarecimento.

Cyro Miranda (PSDB-GO) disse acreditar mais na eficácia de uma campanha educativa permanente do que em uma lei. Opinião semelhante foi expressada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), para quem o Brasil já tem leis em excesso.



Transporte escolar em Brasília: relatora resalta benefício para saúde do aluno

Direito de transexual mudar nome vai a Plenário

Objetivo é evitar situações embaraçosas e problemas legais. Cirurgia de mudança de sexo não será requisito para alteração no registro civil, mas avaliação médica será exigida

TRANSEXUAIS PODERÃO CONQUISTAR o direito de alterar o registro de nascimento para incluir seu nome social na certidão. Projeto com esse objetivo (PLC 72/2007) foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta segue agora para Plenário, com pedido de urgência. Se o texto da Câmara for mantido, o projeto vai a sanção.

O projeto tem a intenção de livrar transexuais de situações embaraçosas e problemas legais, segundo o autor, o ex-deputado Luciano Zica. Convencido de que se trata de uma medida justa, o relator, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), defendeu a aprovação.

— A mudança do nome se insere como necessária, no bojo do tratamento das pessoas transexuais, com a finalidade de evitar equívocos e constrangimentos que ocorrem a todo momento, quando não se reconhece a verdadeira situação do identificado — declarou Suplicy.



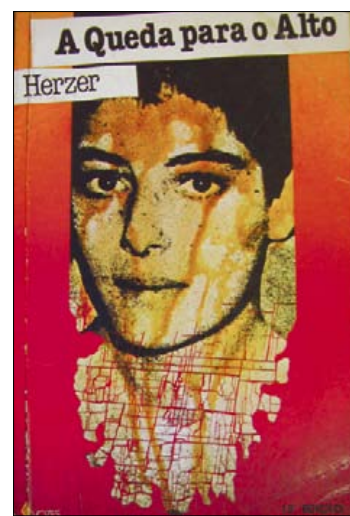
Suplicy citou Sandra Herzer, autora de livro póstumo que se matou aos 20 anos após ser hostilizada em concurso público

Atualmente, a Lei de Registros Públicos já permite a mudança no caso de nomes que possam expor a pessoa ao ridículo, quando há erro notório de grafia ou ainda para evitar ameaças e coação, quando se tratar de vítimas e colaboradores de investigação criminal. Há também a possibilidade de inclusão de apelido público notório.

Menos conhecido é o direito de mudar o nome no primeiro ano após atingir a maioridade

civil, desde que não sejam prejudicados os sobrenomes. Como nos casos anteriores, a alteração depende de autorização judicial.

A nova hipótese pretende adequar o registro contido na certidão de nascimento à realidade psicossocial do transexual. Embora se exija laudo de avaliação médica atestando a condição, a inclusão do nome social é admitida no projeto mesmo sem o interessado ter feito cirurgia para mudança de



Reprodução

sexo. A modificação do registro civil continua dependendo de liberação da Justiça.

Depois de apresentar o relatório, Suplicy lembrou a história de Sandra Mara Herzer, jovem transexual que, ainda como deputado estadual em São Paulo, ele acolheu em seu gabinete, na condição de estagiária. Segundo o senador, relatar o projeto foi mais uma situação que lhe fez lembrar a história da jovem, internada pela família na antiga Febem

mesmo sem ter cometido qualquer crime. Ficou lá dos 14 aos 17 anos apenas por ser tida como rebelde.

Sandra, que socialmente usava o nome de Anderson Herzer, ganhou a oportunidade do estágio depois de pedido de uma amiga de Suplicy, que reconheceu o talento e a sensibilidade da jovem. Ele lamentou sua morte precoce, aos 20 anos, após se jogar de um viaduto do Centro de São Paulo.

Suplicy contou que o trágico acontecimento ocorreu logo depois de um resultado adverso em um concurso público. Sandra/Anderson teria contado que havia ficado muito nervosa no dia da prova, pois teria sido hostilizada pelo responsável pelos trabalhos. Ele reagiu com preconceito ao ver a identidade com nome feminino, em contraste com aparência masculina da candidata. Depois de sua morte, seus pensamentos e poemas foram editados no livro *A Queda para o Alto*, em 1982.

Sem consenso, projeto que criminaliza homofobia sai da pauta



Ana Rita, presidente da CDH, e Paulo Paim, autor do substitutivo: busca de consenso para aprovar o projeto este ano

Manifestações de deputados da bancada evangélica e de representantes de igrejas marcaram ontem a primeira tentativa de votação, na Comissão de Direitos Humanos (CDH), do substitutivo de Paulo Paim (PT-RS) ao projeto que torna crime a discriminação ou o preconceito pela orientação sexual e identidade de gênero (PLC 122/2006).

A pedido de lideranças partidárias e de senadores da CDH, Paim pediu a retirada da

matéria da pauta da comissão para buscar consenso sobre o texto. Ele, no entanto, disse já ter realizado diversas conversas para a elaboração do substitutivo, tanto com entidades religiosas quanto com grupos do movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros).

Para atender demandas dos grupos religiosos, o relator já havia, por exemplo, modificado artigo que torna crime “impedir ou restringir a manifestação

de afetividade de qualquer pessoa em local público ou privado aberto ao público”, incluindo ressalva para que seja “resguardado o respeito devido aos espaços religiosos”.

A medida, no entanto, ainda não foi suficiente para o entendimento.

A presidente da CDH, senadora Ana Rita (PT-ES), disse que a comissão buscará promover o acordo, para que o projeto seja aprovado ainda este ano.

Malta aplaude mobilização de religiosos contra o PLC 122

Magno Malta (PR-ES) saudou em Plenário a mobilização de líderes católicos e evangélicos contra o projeto que criminaliza atitudes contra homossexuais.

O senador saudou a retirada do termo “homofobia” do texto. Porém, criticou a nova redação por, segundo ele, igualar homossexuais a idosos, índios e pessoas com deficiência.

Malta também reclamou do

conceito de gênero, que ele considera negação do masculino e do feminino, e alertou os eleitores contra políticos que negam os valores da família.

— Deus criou a família, e a partir da família, tudo. Será que esses novos pensadores estão acima de Deus para poder dizer: ‘Olha, vamos destruir isso, podemos ensinar as crianças que podem ser qualquer coisa e o que ele quiser?’ — disse.

Lopes diz que relator aperfeiçoará tema da manifestação religiosa

A retirada de pauta, pela CDH, do PLC 122 foi comentada ontem por Eduardo Lopes (PRB-RJ). Segundo ele, o texto será aperfeiçoado pelo relator, Paulo Paim (PT-RS). Pelo parecer, ficam resguardadas as manifestações de cunho religioso sobre o assunto, desde que feitas em templos religiosos.

Mas Lopes lembrou que tais opiniões podem ocorrer fora

dos limites dos templos, como ruas, ginásios e estádios. E a livre manifestação dos religiosos também precisa ser protegida no projeto, disse.

— É uma questão que traz polêmica, paixões. Sou contra qualquer tipo de violência, agressão, discriminação. Agora, impedir que quem quer que seja possa manifestar sua convicção de fé, aí não concordo — afirmou.

Mulheres agredidas podem ter cotas nos cursos do Sistema S

A CDH aprovou ontem projeto (PLS 233/2013) do ex-senador Ataídes Oliveira que cria reserva de vagas para mulheres vítimas de violência

doméstica nos cursos técnicos oferecidos pelos serviços nacionais de aprendizagem, o Sistema S (Sesi, Senai, Senac, Senar, Senat, SESCOOP e Sebrae).

Os cursos serão gratuitos e as entidades vão comunicar semestralmente ao Tribunal de Contas da União (TCU) o total de mulheres atendidas. O

projeto, relatado por Ângela Portela (PT-RR), segue para a Comissão de Educação (CE).

Também foi aprovado o PLS 343/2013, de Vanessa

Graziotin (PCdoB-AM), que reserva 10% do fundo partidário para promover a participação política das mulheres. O projeto segue para a CCJ.

Representantes de entidades de policiais destacaram a necessidade de autonomia no trabalho de investigação



Relator da Comissão Especial de Segurança Pública, Pedro Taques (C) conduz audiência pública sobre a estrutura da polícia brasileira

Polícia cobra mais autonomia em debate sobre segurança

MAIS AUTONOMIA ORÇAMENTÁRIA, administrativa e para o trabalho de investigação foi a principal mudança defendida pelos participantes do debate sobre a estrutura da polícia brasileira ontem na Comissão Especial de Segurança Pública.

A autonomia na gestão financeira foi cobrada pelo representante do Centro-Oeste no Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, Anderson Garcia. Ele apontou a necessidade de políticas públicas com vistas à estabilidade da instituição e investimentos que melhorem o atendimento à população.

— Um Estado Democrático de Direito não existe sem uma polícia independente, autônoma ou forte — afirmou Garcia.

A presidente do

Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil, Martha Rocha, destacou que a custódia do preso consome um terço das atividades da delegacia, ocupando o policial que deveria estar na investigação.

A tomada de depoimentos dentro da delegacia foi igualmente objeto de crítica por parte do professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Michel Misse, que considera o procedimento parte da instrução criminal. Para ele, a obrigatoriedade de o delegado ser um bacharel em Direito é “um vício” típico do Brasil.

O vice-presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, Luis Antônio Boudens, também condenou a burocracia envolvida no trabalho de investigação. Em casos de homicídio,

por exemplo, policiais militares cuidam do boletim de ocorrência, que é seguido de um laudo do perito. Depois, o material é encaminhado a um delegado, e somente a partir daí é que a polícia judiciária entra no caso para investigá-lo, sem ter estado no local do crime.

— Primeiro, a sequência vai ser toda no papel. A investigação mesmo vem por último — lamentou.

Controle

Como reduzir a cifra oculta de crimes mantendo-se uma estrutura burocrática, formada por bacharéis, e de forma cartorial? E qual seria o limite para quem usa a força como “violência legítima”? As dúvidas do relator da comissão, Pedro Taques (PDT-MT), durante a audiência

pública, revelaram a preocupação com a atuação autônoma da polícia, que chamou de “braço armado do Estado”.

Em resposta, os delegados presentes se mostraram favoráveis às ferramentas de controle. Martha Rocha sugeriu a criação de uma corregedoria especial unificada. O professor Misse recomendou uma ouvidoria externa, “sem contaminação”.

Já o presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis, Jânio Bosco Gandra, apontou os problemas na carreira, como os baixos salários e a pressão emocional que levam ao abuso do álcool e ao suicídio.

— Quem consegue sobreviver usando uma [pistola] ponto 40 e recebendo R\$ 2 mil? — questionou.

Abin nega que agente tenha passado dados para os EUA

O diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Wilson Trezza, afirmou ontem na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) que não foi comprovado crime por parte do agente acusado, em reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, de ter passado informações sobre a Tríplice Fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai) para um agente dos Estados Unidos.

Ele também negou que o funcionário, em vez de ser punido, tenha sido pressionado a se aposentar. Segundo Trezzi, com a “perda de confiança”, o agente foi demitido. Já agência similar norte-americana, ao saber da vigilância brasileira, transferiu seu agente para outro país.

Por sua vez, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, José Elito Siqueira, explicou que a contra-inteligência é uma atividade normal de vigilância sobre os

agentes estrangeiros, e que por isso a Abin identificou a conversa entre o brasileiro e o norte-americano.

Wilson Trezza confirmou ainda a existência de operação feita há quase 10 anos mencionada pela revista *Veja*. Ele negou, no entanto, qualquer relação com investigações sobre jornalistas e donos de veículos de comunicação.

— A única possibilidade do estabelecimento dessa relação é porque a pessoa que mantinha contato com a Abin tinha formação em Jornalismo e alguém resolveu batizar a operação com o nome “Mídia”. Nada mais que isso — afirmou.

A audiência também contou com a presença do diretor do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações da Presidência da República, Raphael Mandarino.

A CCAI é responsável pelo controle das atividades de inteligência no Congresso Nacional.



Ricardo Ferraço (D) acompanha debate na comissão, ontem

Boate Kiss: famílias vêm ao Senado

As consequências do incêndio da boate Kiss — tragédia que resultou na morte de 242 pessoas em janeiro deste ano — serão tema de debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH). O requerimento, de Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado ontem.

Segundo Paim, passados dez meses do acidente, os familiares das vítimas estão se sentindo abandonados pelo poder público e querem ser ouvidos.

— Eles precisam falar o que está acontecendo para que possamos apoiar. Há casais, por exemplo, que perderam todos os filhos e precisam, inclusive, de apoio psicológico. Os familiares entendem



Incêndio na casa noturna de Santa Maria (RS) teve 242 mortos

que aqui na Comissão de Direitos Humanos do Senado seria o melhor espaço para dialogar com o governo — afirmou o senador.

Além de parentes de feridos e mortos na tragédia, serão convidados representantes dos Ministérios da Saúde, da Justiça, do Ministério Público e da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

A CDH aprovou também a realização de outras nove audiências públicas para tratar de vários temas.

Diante do grande número de reuniões solicitadas, a presidente da comissão, senadora Ana Rita (PT-ES), informou que vai se reunir com integrantes do colegiado para definir uma agenda a partir das prioridades apresentadas.

Mais rigidez com receita de multas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto (PLS 329/2012) do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) que torna ato de improbidade administrativa a não aplicação exclusiva de multas de trânsito em serviços de sinalização, engenharia de tráfego, policiamento, fiscalização e educação de trânsito, conforme determina o Código de Trânsito Brasileiro.

Segundo Vital, essas receitas não têm sido empregadas corretamente. Dados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, citados por ele, mostram que, dos mais de R\$ 600 milhões recolhidos em

multas, apenas 0,05% foram destinados aos fins previstos na legislação.

A Lei de Improbidade Administrativa (8.429/1992) prevê penas como a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos por cinco a oito anos aos detentores de cargo ou emprego público que incorrerem nesse tipo de desvio. Para o peemedebista,

são “penalidades duras, mas adequadas em face da desobediência à lei”.

No parecer favorável, o relator, Sérgio Souza (PMDB-PR), afirmou que “uma imposição legal deve estar acompanhada da sanção correspondente. Esse é o elogiável objetivo”. Se não houver recurso para votação pelo Plenário, a proposta seguirá direto para a Câmara.



Blitz em Brasília: mais investimento para educação no trânsito

Senado vai homenagear apoiadores da cultura negra

Comenda que leva o nome de Abdias Nascimento, fundador do jornal *O Quilombo*, ex-senador e referência em combate à discriminação, será entregue anualmente a cinco pessoas em novembro

O SENADO APROVOU ontem a criação da Comenda Senador Abdias Nascimento para homenagear os que contribuem para a proteção e promoção da cultura afro-brasileira. A proposta (PRS 45/2011), que agora segue para exame da Mesa do Senado, foi apresentada pelos senadores Lídice da Mata (PSB-BA) e Paulo Paim (PT-RS). A comenda será entregue anualmente a cinco pessoas, em sessão especial realizada no mês de novembro, em que é celebrado o Dia da Consciência Negra.

As indicações poderão ser feitas por senadores, deputados federais e entidades com atividades relacionadas à cultura negra. Um conselho composto por um representante de

cada um dos partidos políticos com representação no Senado escolherá os vencedores da comenda.

Paim elogiou o Senado pela decisão, registrando que o projeto foi aprovado em 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, que combateu a escravidão.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, por sua vez, disse que a comenda é mais um instrumento na luta contra a discriminação. Ele afirmou que o Brasil ainda está muito aquém do desejado quando se trata de respeito e igualdade entre as etnias.

Renan disse que, apesar do sistema de cotas e do Estatuto da Igualdade Racial, ainda há muito por fazer. Ele lembrou

que a taxa de homicídios de negros no país é de 36 para cada 100 mil pessoas, enquanto para os não negros é de 15,2, segundo pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Abdias Nascimento

O jornalista e ex-senador Abdias Nascimento, que morreu em 2011 aos 97 anos, é uma referência no Brasil quando se trata de igualdade racial. Em 1948, junto com amigos, fundou o jornal *O Quilombo*, que deu voz a grupos sociais alijados da grande mídia. Em 1968, foi exilado e permaneceu 13 anos longe do Brasil. Abdias foi senador pelo estado do Rio de Janeiro entre 1997, quando morreu Darcy Ribeiro, titular do mandato, e 1999.

O Senado já concede, entre outros, os Diplomas Mulher-Cidadã Bertha Lutz, para aquelas que se destacam na defesa dos direitos das mulheres, e José Ermírio de Moraes, para personalidades de destaque do setor industrial, além da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, para os que se empenham na defesa dos direitos humanos no Brasil.



Ex-senador, Abdias, que morreu aos 97 anos, é referência na questão racial

Revolta da Chibata é tema de reportagem da Rádio Senado

Em 22 de novembro de 1910, um grupo de marinheiros do Rio de Janeiro promoveu uma das mais importantes rebeliões da história do Brasil: a Revolta da Chibata. Amanhã, às 18h, a Rádio Senado leva ao ar reportagem especial dos jornalistas Mauricio de Santi e Rodrigo Resende sobre o Almirante Negro, apelido dado pela imprensa da época ao marinheiro João Cândido Felisberto. Sob a liderança de João Cândido, os marujos tomaram três encouraçados na Baía de Guanabara e ameaçaram disparar os canhões contra a então capital

da República. Reivindicavam o fim dos castigos corporais na Marinha e melhores condições de alimentação e de trabalho. O programa trata da infância no Rio Grande do Sul, da internação como louco e das dificuldades até o fim da vida, em 1969, na miséria.

A reportagem será reprisada no sábado, às 10h, e no domingo, às 17h. A Rádio Senado FM pode ser sintonizada em Brasília (91,7 Mhz), Natal (106,9 MHz), Cuiabá (102,5 MHz), Fortaleza (103,3 MHz), Rio Branco (100,9 MHz), Teresina (104,5 MHz) e Manaus (106,9 MHz).

Debate sobre violência contra mulher permite participação popular

O Projeto Quintas Femininas debate hoje a violência contra a mulher negra, com apresentação de estatísticas nacionais. O projeto, quinzenal, é uma iniciativa da Procuradoria da Mulher do Senado.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/ViolenciaContraMulherNegra>
- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/ecidadaniaSF)
- ▶ **Twitter:** [@e_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

Collor lamenta alto índice da violência contra negros no Brasil

Fernando Collor (PTB-AL) lamentou, ontem, quando se comemorou o Dia da Consciência Negra, que ainda hoje a população afrodescendente sofre com a violência no país. Ele informou que em Alagoas, onde está o Quilombo dos Palmares — referência da luta contra a escravidão no período colonial —, a população afrodescendente vive 49 meses menos do que a média estadual. A redução da expectativa de vida está associada à exposição maior à violência, especialmente a homicídios, suicídios e acidentes.

— Os alagoanos tornaram-se



Expectativa de vida dos negros em Alagoas é menor, informa Collor

reféns da péssima política de segurança pública, de educação e de saúde, que o governo estadual não consegue sequer amenizar — afirmou.

Humberto diz que luta de Zumbi dos Palmares continua válida

Humberto Costa (PT-PE) lembrou os 318 anos da morte de Zumbi dos Palmares, líder da luta contra a escravidão, homenageado ontem, Dia da Consciência Negra. Para o senador, a luta de Zumbi continua válida porque as condições de vida dos negros no Brasil ainda são inferiores às dos brancos.

Humberto destacou que os negros recebem 36% menos que os brancos e que eles são poucos no Congresso, ocupando apenas 9,8% das cadeiras nas duas Casas.

— Hoje é dia de reafirmar os compromissos que todos



Negros recebem 36% menos que brancos no Brasil, afirma Humberto

temos com a promoção da igualdade racial, com a emancipação dos negros e com a promoção de cidadania para a população negra — disse.

Rollemberg celebra conquistas do Estatuto da Igualdade Racial

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) lamentou que o *Mapa da Violência 2013* revele aumento no número de assassinatos de jovens negros, quase sempre por agentes de Estado e grupos de extermínio. O senador citou estudos segundo os quais crianças negras nascem com peso inferior ao de brancas e enfrentam mais dificuldade na escola, o que causa abandono.

Apesar desses indicadores, Rollemberg constatou conquistas dos afrodescendentes nos últimos anos, como a aprovação do Estatuto



Rollemberg lamenta dificuldades, mas aponta avanços recentes

da Igualdade Racial e a instauração da política de cotas para ingresso em universidades públicas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Renan recebe anteprojeto de Código Comercial

Texto apresentado por uma comissão de 19 juristas recebeu incorporação de sugestões apresentadas durante consulta pública e passa agora a tramitar no Senado

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, recebeu na terça-feira o anteprojeto de novo Código Comercial. Durante mais de quatro meses, uma comissão formada por 19 juristas reuniu-se, sob a presidência do ministro do Superior Tribunal de Justiça, João Otávio de Noronha, para ajudar a elaborar a nova lei. O anteprojeto contém 1.102 artigos e foi submetido a consulta pública entre 19 de setembro e 18 de outubro, quando recebeu mais de 400 sugestões, algumas incorporadas.

Noronha disse que o anteprojeto é uma “proposta evolucionária”, na qual foi incluída o que há de mais moderno no mundo em questão comercial.

— Queremos modernizar e evoluir a legislação comercial brasileira. Entregamos um novíssimo, original e avançado Código Comercial, que contempla todos os segmentos na modernização da legislação empresarial — afirmou o ministro.

Ao receber o texto, que passa a tramitar no Senado, Renan lembrou que a atualização dessa legislação é fundamental para garantir que o Brasil



Renan Calheiros recebe de João Otávio de Noronha o documento com 1.102 artigos, que foi elaborado em quatro meses

continue no caminho do desenvolvimento econômico. Segundo ele, não é aceitável que o Brasil, incluído entre os sete grandes da economia mundial, tenha uma legislação ultrapassada, fragmentada e burocratizante.

— O que resta do Código Comercial vigente, editado em junho de 1850, são normas desconectadas da crescente industrialização do país, do avanço tecnológico e da expansão do mercado de capitais — alertou Renan.

O relator-geral do colegiado, Fábio Ulhoa Coelho, destacou que o anteprojeto elaborado pela comissão tem por

objetivo aumentar a segurança jurídica nas relações empresariais, modernizar e simplificar o regime contábil, atualizar a Lei de Falências, fortalecer a autorregulação e melhorar o ambiente de negócios no Brasil. Ele citou como avanços do texto uma maior flexibilidade para as chamadas sociedades anônimas, a criação de novos tipos contratuais e a revisão das normas do direito comercial marítimo, entre outros. Para o relator, o texto apresentado poderá proporcionar a reclassificação do Brasil nos rankings internacionais que avaliam ambientes de negócios.

Renan lembrou que algumas práticas atuais, como o comércio eletrônico, precisam ser regulamentadas. Ele destacou que confiança, estabilidade e segurança são aspectos essenciais para o bom ambiente de negócios e o desenvolvimento comercial do país.

— Esse esforço legislativo colabora para o desenvolvimento econômico do Brasil e, conseqüentemente, para erradicar a pobreza. O anteprojeto de lei orientará os debates no Parlamento, ajudando a construir, com total responsabilidade, um Código Comercial sólido, moderno, eficiente, afinado com as

melhores práticas internacionais e apto a promover a segurança e a estabilidade das relações jurídicas — afirmou o presidente do Senado.

O anteprojeto entregue ao Senado na terça-feira aborda temas como legalização e registro das empresas; títulos empresariais; princípio geral da boa-fé e ética na interpretação dos contratos; comércio eletrônico; função social da empresa e regulação da atividade dos shoppings. O documento é dividido em dez livros: Direito Comercial, Pessoa do Empresário, Bens e Atividade do Empresário, Fatos Jurídicos Empresariais, Sociedades, Obrigações dos Empresários, Agronegócio, Direito Comercial Marítimo, Processo Empresarial e Disposições Finais e Transitórias. Assim, o código trata de temas diversos como registro público de empresas, regime fiduciário, proteção do nome empresarial, demonstrações contábeis, tipos societários, sociedade estrangeira, empresário individual, sociedade de profissional intelectual, transporte de cargas, contratos de shopping centers, entre outros.

COP-19: países estão inflexíveis, relata Vanessa Grazziotin

Presidente da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas do Congresso, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que os países desenvolvidos têm apresentado uma postura inflexível na 19ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP-19, que está acontecendo em Varsóvia (Polônia).

— Temos visto que os países desenvolvidos têm uma postura visando desmobilizar a convenção e empurrar os compromissos para a reunião que será realizada em Paris em 2015 — destacou.

De acordo com Vanessa, os delegados estão tendendo a colocar em segundo plano a reunião COP-20 a ser realizada no Peru em 2014, deixando o debate principal

para a COP-21, em Paris.

— Por que Paris? Porque acontecerá em 2015, ano em que novos acordos e metas têm que ser estabelecidos, pois os atuais encerram-se em 2015 — destacou.

O debate tem avançado com relação à confirmação da Plataforma Durban, conjunto de acordos da COP-17 que determina uma segunda fase para o Protocolo de Kyoto,



estabelece o mecanismo para reger o Fundo Verde para o Clima e traça um roteiro para um novo acordo global.

Além de Vanessa, fazem

parte da comitiva brasileira que participa do encontro em Varsóvia os senadores João Capiberibe (PSB-AP) e Sérgio Souza (PMDB-PR).

Audiência discute impactos da mineração no Maranhão e Pará

O tema da mineração e seus impactos volta a ser discutido na Comissão de Direitos Humanos (CDH) hoje. Durante audiência pública, será apresentado o relatório elaborado pela organização Plataforma Dhesca, que enviou representantes em missão de vistoria e investigação aos estados do Maranhão e Pará para produzir documento sobre violações de direitos humanos no Corredor de Carajás, complexo de extração e siderurgia da empresa Vale.

Na audiência sobre violações de direitos decorrentes do processo de extração, beneficiamento e escoamento de minério de ferro no Pará e no Maranhão, além de Cristiane Faustino, integrante da

Plataforma Dhesca, haverá a participação de representantes da Procuradoria da República, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da sociedade civil do Maranhão.

No relatório produzido pela Plataforma Dhesca, são apontadas várias violações aos direitos humanos das populações locais sobre o empreendimento do Projeto Ferro Carajás.

O documento enumera conseqüências das ações da empresa como problemas de saúde na população, causados pela mineradora, violência contra comunidades resistentes à implantação dos empreendimentos, espionagem e racismo.

Ministro da Justiça debate demarcação

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) discute hoje a demarcação de terras indígenas com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o advogado-geral da União, Luís Adams. Também está prevista a presença do governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli.



Segundo Ruben Figueiró, indígenas já invadiram 80 propriedades rurais

De acordo com Ruben Figueiró (PSDB-MS), já foram registradas 80 invasões de propriedades rurais no estado por parte dos índios. O governador deverá vir acompanhado de prefeitos dos municípios onde ocorreram invasões e produtores rurais que pleiteiam indenizações,



Waldemir Moka cobra solução para evitar conflito entre índio e produtor

caso o governo decida por desapropriações. Figueiró alertou para o acirramento do clima de tensão entre índios e produtores na região.

— A conseqüência pode ser o derramamento de sangue, caso não haja uma resposta urgente do governo — alertou.

Waldemir Moka (PMDB-MS) disse ontem esperar que o ministro da Justiça explique as propostas para evitar o confronto. Salientou que há meses o governo prometeu uma solução para os conflitos entre índios e produtores, mas até agora nada foi resolvido.

— É um ato para chamar a atenção. Nós teremos uma oportunidade de perguntar se o governo tem uma solução, porque o enfrentamento me parece inevitável — alertou.

Congresso anula sessão que destituiu Jango

Plenário invalidou a reunião de 2 de abril de 1964 que declarou vaga a Presidência da República, então ocupada por João Goulart, e que abriu caminho para a ditadura

SOB CHUVA DE papel picado e com vivas à democracia, o Congresso Nacional aprovou na madrugada de hoje o Projeto de Resolução 4/2013, que anula a sessão de 2 de abril de 1964, na qual foi declarada vaga a Presidência da República, então ocupada por João Goulart (1919-1976).

Após o início do golpe de Estado, em 31 de março de 1964, o presidente João Goulart decidiu ir a Porto Alegre a fim de encontrar aliados políticos e estudar como poderia resistir ao levante. Foi nesse período que o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a Presidência da República, abrindo caminho para a instalação do regime militar, que durou até 1985.

Pedro Simon (PMDB-RS) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), autores do projeto, argumentaram que a declaração de vacância foi inconstitucional, porque a perda do cargo só poderia ocorrer em caso de viagem internacional sem autorização do Congresso, e João Goulart estava em local conhecido e dentro do país.



João Vicente Goulart, filho de Jango, cumprimenta o senador Eduardo Suplicy. Ao fundo, Randolfe Rodrigues aplaude

— Eu estava com ele, em Porto Alegre — disse, emocionado, Pedro Simon.

O parlamentar exaltou a coragem e a responsabilidade de Jango ante a possibilidade de uma guerra civil e até de uma intervenção norte-americana.

— Este Congresso restabeleceu a verdade histórica. Viva o presidente João Goulart! — disse o senador, que classificou a sessão de 1964 de “estúpida”, “ridícula” e “imoral”. Ele afirmou que a aprovação da

proposta permite que a história seja ensinada de maneira diferente nas escolas.

— Nós não temos desejo de vingança, nem ódio, nem mágoa. Nós queremos apenas reconstituir a história — afirmou.

Viagem

Randolfe lembrou que vários parlamentares, como o então deputado Tancredo Neves (1910-1985), se manifestaram contra a decisão usando questões de ordem.

— Não se constrói um país decente, justo, se não tiver lealdade com a sua memória. Não se constrói um país democrático se a casa guardiã da democracia não reparar as arbitrariedades e as manchas do passado — disse.

A aprovação do projeto, segundo os senadores, mostra que o Congresso repudia a contribuição ao golpe dada pela Casa.

O deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) falou que o ato é necessário para evitar que

episódios dessa natureza se repitam.

— Ao declarar a vacância, criou, aí sim, o ambiente para o malfadado golpe militar que levou o Brasil a um período de obscurantismo e ditadura — disse.

Protesto

O deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) foi o único a se manifestar contrário à proposta. Ele lembrou que a destituição de Jango teve apoio da Igreja Católica, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da imprensa e da população e afirmou que a tentativa de apagar o passado é um ato “infantil” e “stalinista”. Ele pediu verificação de quórum, mas teve o pedido negado pelo presidente Renan Calheiros.

— Vossa Excelência, contra os líderes, contra as bancadas, isoladamente, não pode paralisar e imobilizar os trabalhos do Congresso, contrariando a Constituição — explicou.

A sessão foi acompanhada por familiares do ex-presidente, entre eles, João Vicente Goulart, filho de Jango.

Vai à sanção LDO com orçamento impositivo

O Congresso aprovou ontem o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2014 (PLN 2/2013), que contém as regras para orientar o próximo Orçamento. Pelo texto, que segue agora para sanção, o governo deverá buscar superávit primário de R\$ 116 bilhões. Mais da metade (R\$ 67 bilhões) poderá ser abatida para investimentos em obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e desonerações tributárias feitas pelo Executivo ao longo do ano.

A adequação da LDO à PEC 353/2013, do Orçamento Impositivo, foi a principal mudança em relação ao documento enviado pelo Executivo. Aprovada na última terça-

feira pelo Senado, a PEC foi encaminhada para a Câmara. Pelo texto, as emendas dos deputados e senadores serão equivalentes a 1,2% da receita corrente líquida (RCL) do ano prevista na proposta orçamentária, sendo que metade será destinada obrigatoriamente para ações e serviços públicos de saúde, como os atendimentos financiados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O Congresso aprovou a exclusão das emendas parlamentares individuais do piso constitucional para a saúde. Hoje o investimento em saúde do governo federal é calculado com base no valor empenhado na área no ano anterior, mais a variação nominal do produto interno bruto (PIB).

Emenda de Valdir Raupp (PMDB-RO) tira a necessidade de lei para definir impedimentos de ordem técnica que podem inviabilizar a execução das emendas obrigatórias. E alteração de Wellington Dias (PT-PI) permite que emendas feitas para o SUS não sejam contadas no valor que a União deve transferir para estados e municípios.

Outro ponto importante é a redução da contrapartida obrigatória de estados e municípios para a execução de programas com verba federal. A contrapartida mínima dos municípios de até 50 mil habitantes caiu de 2% para 0,1% do valor do convênio. Nos estados, a contrapartida foi de 10% para 2%.

Aprovados créditos para órgãos do Executivo e do Judiciário

Serão enviados à sanção presidencial 19 projetos que o Congresso Nacional aprovou na madrugada de hoje. Tratam de créditos suplementares e especiais em benefício de diversos ministérios, empresas estatais e das Justiças Eleitoral, Federal e do Trabalho.

Dos 19 projetos, o de maior valor é o PLN 26/2013, que abre crédito suplementar de R\$ 1,39 bilhões em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte, e para operações oficiais de crédito.

A maior parte dos recursos, R\$ 1 bilhão, irá financiar projetos de desenvolvimento

tecnológico de empresas, sob supervisão da Agência Brasileira de Inovação (Finep).

O projeto aprovado com o segundo maior valor é o PLN 7/2013, que abre crédito suplementar de R\$ 942,24 milhões em favor das Justiças Eleitoral e do Trabalho, do Ministério da Educação e do Ministério Público da União, para reforço de dotações.

Os recursos para educação atenderão demandas de expansão do Programa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid) e do Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor), ambos destinados à formação de professores.

Congresso aprova redução da meta de superávit primário

O Congresso Nacional aprovou ontem projeto que desobriga o governo federal de compensar as metas de superávit primário não atingidas por estados, Distrito Federal e municípios. O projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 1/2013, que muda a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013 (Lei 12.708/2012), segue à sanção presidencial.

Na prática, a proposta reduz a meta de superávit primário do governo federal de R\$ 155,8 bilhões para R\$ 108 bilhões.

Isso porque a União não será mais obrigada a cobrir a parcela de economia de estados e municípios, que corresponde à diferença de R\$ 47,8 bilhões.

Cenário adverso

O compromisso de compensação tem sido assumido pelo próprio governo nos projetos de lei da LDO enviados ao Congresso nos últimos anos, mas o Executivo argumenta que, na época de elaboração do projeto da LDO 2013, o cenário macroeconômico mundial não

estava tão grave quanto agora.

Segundo o governo, devido aos maiores investimentos e desonerações exigidos pela política anticíclica de estímulo à economia, não será mais possível alcançar o superávit global do setor público, fixado em R\$ 155,8 bilhões para 2013, caso a parcela não atingida por estados e municípios tenha que ser compensada.

Em visita ao Congresso para pedir a aprovação do projeto, a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti,

disse que a meta de R\$ 108 bilhões será cumprida. A meta para estados, Distrito Federal e municípios é de R\$ 47,8 bilhões, mas até setembro menos de R\$ 20 bilhões haviam sido atingidos.

Críticas

Para a oposição, a redução da meta vai comprometer as finanças públicas. O deputado Mendonça Filho (DEM-PE) entende que a proposta sinaliza a falta de compromisso do governo com o equilíbrio

das contas públicas.

— Isso é mais uma artimanha do governo federal que, a cada dia, perde o controle das finanças e da economia brasileira, e não é por outro motivo que o Brasil está como está, crescendo de maneira medíocre — criticou.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) também condenou a medida.

— É mais um passo para o desmoronamento das contas públicas brasileiras — disse.

(Da Agência Câmara)